

ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ANO 5 • 155ª EDIÇÃO

BRASÍLIA,
12 DE SETEMBRO DE
2024

representa**coop**

 **SistemaOCB**
CNCOOPI | OCB | SESCOOP



Senado inicia debate sobre a regulamentação da Reforma Tributária

Em julho, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 336 votos favoráveis a 142 contrários, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que dispõe sobre a **regulamentação da Reforma Tributária**.

Após intensa mobilização de todo o movimento cooperativista, conseguimos incluir no texto a **maior parte dos pleitos do Sistema OCB**.

Agora, é essencial reafirmarmos o compromisso com o nosso modelo, **preservando as conquistas obtidas na Câmara dos Deputados e avançando no Senado Federal em temas cruciais para a sustentabilidade do negócio cooperativo**, que ainda necessitam ser incorporados ao texto.

Nesta edição, trazemos o **detalhamento da tramitação do PLP no Senado**, o plano de ação e a atuação do Sistema OCB em prol da viabilização do nosso modelo de negócios no novo Sistema Tributário e os próximos passos e perspectivas para a apreciação da matéria.

Boa leitura!



representa**coop**

ATO COOPERATIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

representa**coop**

Sistema**OCB**

FREN**COOP**

Histórico da Reforma Tributária



Antes da vitória na Câmara dos Deputados, trabalhamos intensamente para incluir o adequado tratamento ao ato cooperativo na **Emenda Constitucional 132/2023**.



Inicialmente, em **2019**, constituímos um **Grupo de Trabalho**, composto por especialistas dos ramos, com objetivo de analisar os projetos de Reforma Tributária e seus respectivos impactos às cooperativas.



Contamos ainda com consultorias especializadas para apoiar o Grupo de Trabalho.



Elaboramos materiais de divulgação (vídeos, folders e site), realizamos mobilização e ciclo de debates (webinar) para tratar dos pleitos e necessidades do cooperativo na Reforma Tributária.



Com os avanços das discussões, intensificamos nossa atuação e mobilização para garantir a viabilização do nosso modelo de negócios no novo Sistema Tributário.

Tramitação no Senado até o momento

- **06/08/24** - Início dos trabalhos do GT da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)
- **07/08/24** - O PLP 68/2024 foi autuado no Senado e despachado para análise na CCJ e Plenário
- **09/08/24** - Aberto o prazo para apresentação de emendas por todos os senadores
- **13/08/24** - 1ª audiência pública do GT da CAE, com a presença do secretário Bernard Appy
- **22/08/24** - Até o momento, foram apresentadas quase **1.200 emendas** à proposta, que estão em análise pelo Sistema OCB



GT da regulamentação da Reforma



O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Vanderlan Cardoso (GO), criou **Grupo de Trabalho (GT) para analisar a regulamentação da Reforma Tributária**.



Composto por **20 senadores e coordenado pelo senador Izalci Lucas (DF)**, o colegiado está promovendo audiências públicas. A ideia é consolidar sugestões e apresentar, na forma de um relatório final, ao relator do PLP 68/2024, senador Eduardo Braga (AM).



Durante os debates, senadores e convidados discutem tópicos como a neutralidade da reforma, *split payment*, impactos no setor de comércio e serviços, regimes diferenciados e específicos, imposto seletivo, *cashback* e cesta básica, além de transição e fiscalização.

MEMBROS DO GT

Alan Rick (AC)
 Angelo Coronel (BA)
 Damares Alves (DF)
 Izalci Lucas (DF)
 Vanderlan Cardoso (GO)
 Margareth Buzetti (MT)
 Soraya Thronicke (MS)
 Tereza Cristina (MS)
 Efraim filho (PB)
 Flávio Arns (PR)
 Oriovisto Guimarães (PR)
 Fernando Dueire (PE)
 Flávio Bolsonaro (RJ)
 Flávio Azevedo (RN)
 Zenaide Maia (RN)
 Jayme Bagattoli (RO)
 Alessandro Vieira (SE)
 Laércio Oliveira (SE)
 Rogério Carvalho (SE)
 Eduardo Gomes (TO)
 Professora Dorinha (TO)

Plano de ação do Sistema OCB

- **Participação nas audiências públicas** no GT da CAE e na CCJ, especialmente sobre regimes diferenciados e específicos.
- **Reunião com senadores-chave, consultoria do Senado e assessoria parlamentar.**
- Reuniões com **líderes partidários e outros senadores**, com apoio da Frencoop e OCEs.
- Ciclo de agendas com a **Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e com a Receita Federal** para esclarecimentos sobre os dispositivos do texto, apresentação das propostas do coop e *split payment*.
- Envio das demandas do coop aos senadores e **apresentação das 8 emendas na CCJ** (*protocoladas 16 emendas*)
- **Alinhamento com entidades parceiras e monitoramento de entidades contrárias** aos temas do coop.

Site Reforma Tributária

- Atualizado para refletir a nova etapa de atuação no Senado
- Acesso fácil aos contatos dos atores-chave, lideranças partidárias e senadores
- Propostas e emendas do coop ao PLP 68/2024
- Modelo de ofício
- Materiais informativos: folder, guia, playlist de vídeos



Atuação do Sistema OCB



Desde o retorno dos trabalhos no Senado Federal, o Sistema OCB tem atuado sem medir esforços em defesa das **demandas do cooperativismo e da manutenção dos avanços alcançados** na Câmara no âmbito do PLP 68/2024.



Além das reuniões registradas ao lado, o Sistema OCB já se reuniu com a assessoria do **senador Eduardo Braga (AM)**, relator do PLP 68/2024, e com a assessoria da **senadora Damares Alves (DF)**, membro do GT da Reforma Tributária.



Reunião com a senadora Tereza Cristina (MS), membro do GT e da CCJ.



Reunião com o secretário Extraordinário para a Reforma Tributária, Bernard Appy, e o assessor da Receita Federal, Roni Peterson.



Audiência promovida pelo Sistema OCB/GO com os senadores Wilder Moraes e Vanderlan Cardoso.



Reunião com o senador Izalci Lucas (DF), coordenador do GT da Reforma Tributária.

Audiência Pública: GT da Reforma Tributária CAE - SF



Nesta quinta-feira (12/09), o consultor jurídico do Sistema OCB, João Caetano Muzzi Filho, participou da Audiência Pública na CAE para tratar sobre os **impactos da Reforma Tributária no setor da saúde**.



O debate buscou assegurar a competitividade das cooperativas operadoras de planos de saúde. Na oportunidade, João Muzzi ressaltou que os segmentos médico e odontológico são os dois maiores modelos cooperativistas do mundo e destacou que o **impedimento à dedução integral do repasse de honorários a seus cooperados cria um desequilíbrio concorrencial em face do modelo societário que possui prerrogativas constitucionais**.



Por fim, o consultor jurídico ressaltou ainda que o sistema cooperativista **não está pleiteando um favor fiscal**, mas que sejam preservadas as particularidades deste segmento para a sua sobrevivência.



Audiência pública da CAE sobre os impactos da reforma tributária nos setores da saúde e da educação

Audiência Pública: GT da Reforma Tributária CAE - SF



Já a consultora tributária e representante do Sistema Unimed, Letícia Fernandes de Barros, frisou a importância do **cooperativismo como um modelo de relevância econômica** para o país e destacou que a limitação a dedução daquilo que é repassado ao cooperado gera desarmonia entre as cooperativas e as demais operadoras de planos de saúde que fazem a dedução total do repasse.



Nos anseios gerais das operadoras de planos de saúde, a consultora ressaltou a necessidade de **suspensão a proibição de dedução das provisões técnicas**, uma vez que o ingresso destes recursos passam a ser tributados na nova modalidade de tributação sobre o consumo.



Audiência pública da CAE sobre os impactos da reforma tributária nos setores da saúde e da educação

Perspectivas e próximos passos



O Sistema OCB participará, nas próximas semanas, **de nova audiência pública no GT da CAE destinada a debater os regimes diferenciados e específicos**. Na ocasião, reforçaremos a importância da manutenção das conquistas obtidas na Câmara e apresentaremos as demandas que ainda precisam avançar no Senado.



Eduardo Braga (AM), relator do PLP 68/2024, apresentará **plano de trabalho no âmbito da CCJ** com a previsão de audiências públicas com estados, municípios e setores da economia.



Possibilidade de retirada da urgência constitucional, que impõe um prazo de 45 dias para a apreciação da proposta pelo Senado. Este é um pleito dos senadores que deve prosperar, conforme já informado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.



Em razão do **calendário eleitoral**, as discussões ainda não foram iniciadas formalmente na CCJ. A expectativa, já destacada pelo relator, é que **o Senado só finalize a apreciação do PLP 68/2024 entre novembro e dezembro**.

Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb